



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação escrita

Em Junho deste ano, a comunicação social começou a noticiar e a revelar sucessivos casos suspeitos de repressão em instituições de ensino superior, como por exemplo, um académico que foi reprimido pelas suas posições políticas e uma estudante que foi impedida, à força, de manifestar o seu apoio à liberdade de expressão dos académicos e à liberdade de imprensa. A Universidade de Macau abriu um processo disciplinar contra um académico por, alegadamente, ter participado em algumas actividades sociais, e a Universidade de S. José demitiu um académico por ter manifestado as suas opiniões políticas. Para além disso, segundo consta, vários académicos teceram críticas ao Governo quando entrevistados pela comunicação social, e na sequência disso, foram reprimidos, através das mais diversas formas, pelas instituições educativas a que pertenciam, por exemplo, com a não renovação de contratos, com sanções e advertências, etc.. Esses casos foram sendo sucessivamente tornados públicos pela comunicação social local e do exterior, o que deixou as pessoas preocupadas em relação à liberdade académica e à liberdade de expressão¹.

¹ As referidas notícias da comunicação social local e exterior podem ser consultadas nas páginas electrónicas seguintes:

http://www.macaodaily.com/html/2014-06/24/content_913387.htm

<http://www2.hkej.com/instantnews/current/article/394867/%E6%BE%B3%E9%96%80%E6%94%BF%E8%A9%95%E5%AD%B8%E8%80%85%E5%A4%B1%E6%95%99%E5%B8%AD+%E5%A4%A7%E5%AD%B8%E6%9A%97%E7%A4%BA%E8%B2%A1%E6%94%BF%E5%8F%97%E5%A3%93>

<http://www.chengpou.com.mo/mobile/m-news/?d=15073>

<http://hk.apple.nextmedia.com/news/art/20140530/18737798>

http://hk.on.cc/hk/bkn/cnt/news/20140621/bkn-20140621201024190-0621_00822_001.html



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Sendo assim, interpelo sobre o seguinte:

1. A comunicação social noticiou e revelou sucessivos casos suspeitos de repressão em instituições de ensino superior, por exemplo, um académico que foi reprimido pelas suas posições políticas e uma estudante que foi impedida, à força, de manifestar o seu apoio à liberdade de expressão dos académicos e à liberdade de imprensa. Depois dessas ocorrências, o Chefe do Executivo afirmou, em finais de Junho passado, que a RAEM respeitava a liberdade de expressão e a liberdade académica, e que ia proceder à averiguação e análise dos referidos casos. O que é que já foi feito? E qual é a resposta que nos pode dar? Alguns dos casos referidos envolvem instituições de ensino superior que são pessoas colectivas de direito público, assim sendo, o Governo deve proceder à devida avaliação e dar uma resposta ao público, no sentido de mostrar o seu respeito pela liberdade de expressão e liberdade académica. Vai fazê-lo?
2. Em 2005, o Governo da RAEM lançou um texto de consulta sobre o regime jurídico do ensino superior e pensou em convidar instituições externas independentes para avaliarem a qualidade daquele ramo de ensino em Macau, mas até à data, nem o regime jurídico nem a avaliação foram concretizados. O Governo da RAEM deve preparar, quanto antes, o regime jurídico do ensino superior e convidar instituições externas independentes para procederem à referida avaliação, e no decorrer desse trabalho, devem ser respeitadas a liberdade académica e a liberdade de expressão. Vai fazê-lo?
3. Um académico foi demitido sem justa causa por, alegadamente, ter expressado as suas opiniões políticas, facto que demonstra a falta de garantias de emprego dos docentes. Devem ser tomadas medidas, como por exemplo, a contratação vitalícia de professores, entre outras, no sentido de concretizar a norma prevista no n.º 2 do art.º 6.º da Lei



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

das Relações de Trabalho, isto é, nenhuma pessoa pode ser privada do direito de acesso ao emprego em razão de convicções políticas ou ideológicas, e de garantir a liberdade académica. O Governo vai fazer isso? Devem ser também tomadas medidas para reforçar as garantias de emprego dos docentes do ensino não superior, por exemplo, através da proibição do despedimento sem justa causa e do aumento da duração dos contratos, por forma a garantir a liberdade académica. O Governo vai fazer isso?

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau**

Ng Kuok Cheong

21 de Julho de 2014